

Agosto/2016 (Dados de Junho/2016)



Desempenho Fiscal

A União acumulou até junho déficit primário de R\$ 34,6 bilhões, pior valor da série histórica divulgada pelo Bacen. Embora não comprometa o cumprimento da meta para o ano, o resultado evidencia o desequilíbrio fiscal das contas públicas. Tramita no Congresso Nacional a PEC 241/2016, com o intuito de conter a expansão do gasto público e reestabelecer a sustentabilidade da dívida pública.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2016

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		LDO ORIGINAL	LDO ATUAL	
	EM JUNHO	ATÉ JUNHO	META DO ANO	META DO ANO	A REALIZAR
Setor público consolidado	-10,1	-23,8	30,6	-163,9	-140,1
União	-10,2	-34,6	24,0	-170,5	-135,9
Governo central	-10,5	-34,0	24,0	-170,5	-136,5
Empresas estatais	0,2	-0,6	0,0	0,0	0,6
Estados e municípios	0,2	10,8	6,6	6,6	-4,2

Fonte: Banco Central para a coluna de valores realizados. Metas extraídas da Lei 13.242/2015, conforme redação original e após alteração promovida pela Lei 13.291/2016.

Até junho de 2016, o resultado primário da União foi deficitário em R\$ 34,6 bilhões, pior resultado da série histórica divulgada pelo Banco Central, iniciada em 2002. No mês, o déficit foi de R\$ 10,2 bilhões.

A inexecução da meta anual original de superávit de R\$ 24,0 bilhões fez com que o Poder Executivo enviasse ao Congresso Nacional, em março de 2016, proposta de alteração da LDO (PLN 1/2016), que, por meio do mecanismo de deduções, possibilitaria a ocorrência de déficit de até R\$ 96,6 bilhões. Já em maio, sob chefia interina, o Executivo solicitou a alteração da meta para déficit de R\$ 170,5 bilhões, tendo em vista a persistência do cenário de deterioração econômica. Referida proposta, aprovada pelo Congresso, resultou na Lei 13.291/2016.

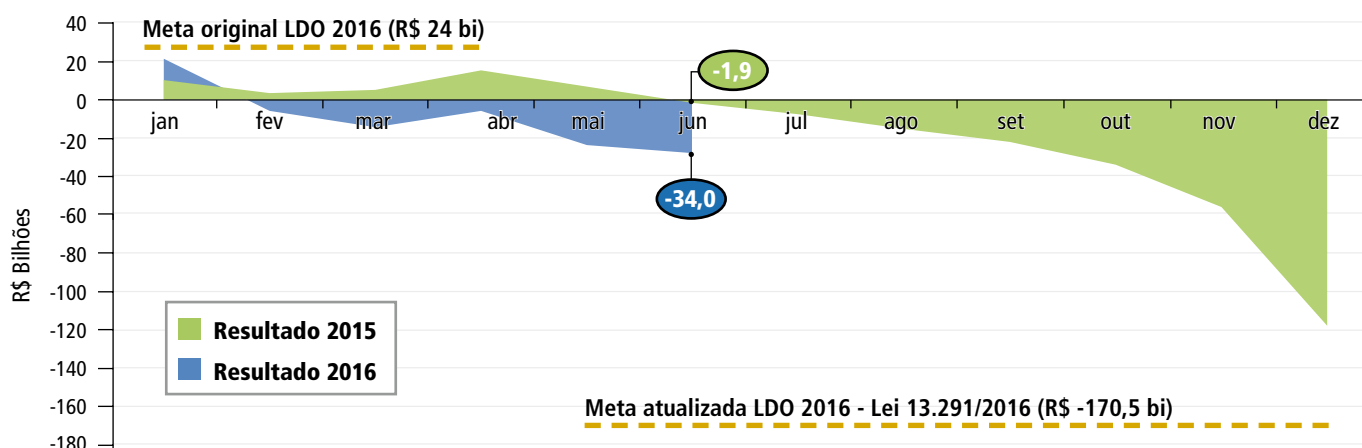
O mercado, contudo, projeta desequilíbrio fiscal inferior à nova meta estipulada. Segundo o relatório Prisma Fiscal do Ministério da Fazenda de junho, a mediana das expectativas de mercado indica déficit primário do governo central de R\$ 155,5 bilhões em 2016.

Ainda que compatíveis com a meta, elevados déficits fiscais podem comprometer o equilíbrio das contas públicas ao longo do tempo. Com o intuito de conter o crescimento do gasto público e recuperar a sustentabilidade da dívida pública, o governo enviou ao Congresso a PEC 241/2016, propondo Novo Regime Fiscal (NRF), com o estabelecimento de limite de crescimento da despesa primária total de cada Poder e órgão autônomo da União. Para 2017, esse limite equivaleria ao somatório das despesas primárias realizadas em 2016 corrigido pela variação do IPCA deste mesmo ano. Para os anos seguintes, o limite seria o referente ao exercício imediatamente anterior corrigido pelo IPCA também do exercício anterior.

Se aprovado na forma proposta, o novo Regime vigorará por vinte anos, havendo a possibilidade de revisão do método de correção dos limites a partir do décimo ano de vigência do NRF, mediante projeto de lei de iniciativa do Poder Executivo. Segundo a fundamentação da proposta, o período de vinte anos de duração do novo regime é o tempo necessário para transformar as instituições fiscais por meio de reformas que garantam a manutenção da dívida pública em patamar seguro.

B. DESEMPENHO DO GOVERNO CENTRAL (2015-2016)

Resultado primário acumulado no ano (2015 versus 2016)



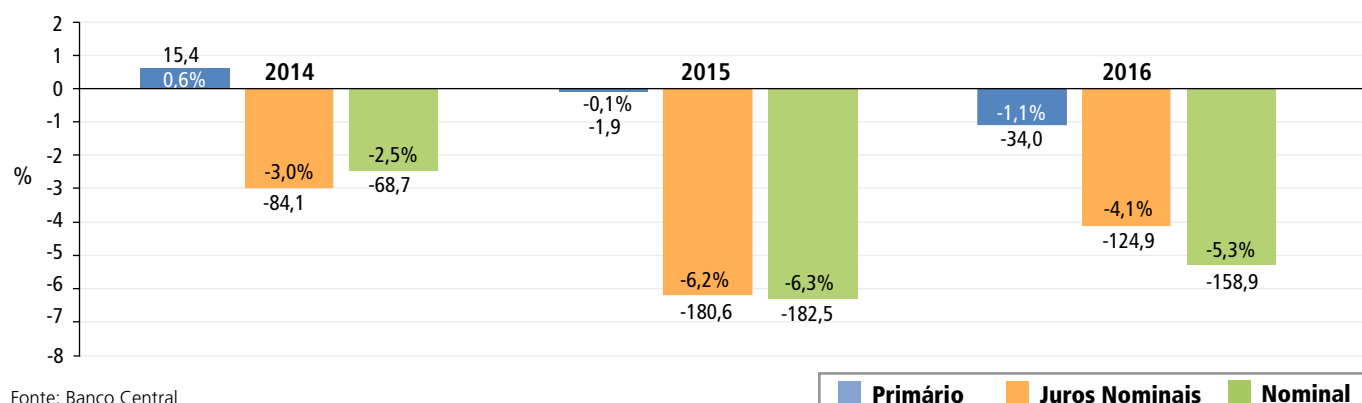
Fonte: Banco Central

Em junho de 2016, o governo central – que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as empresas estatais federais – apresentou déficit primário de R\$ 10,5 bilhões, contra R\$ 8,6 bilhões no mesmo mês de 2015. No primeiro semestre, o governo central acumulou resultado deficitário de R\$ 34,0 bilhões, contra déficit de R\$ 1,9 bilhão em 2015.

Apesar do elevado déficit, o resultado acumulado de 2016 mostra-se compatível com a nova meta de resultado da LDO, aprovada pela Lei 13.291/2016.

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2014-2016)

Resultados fiscais do governo central — Jan - Jun (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central

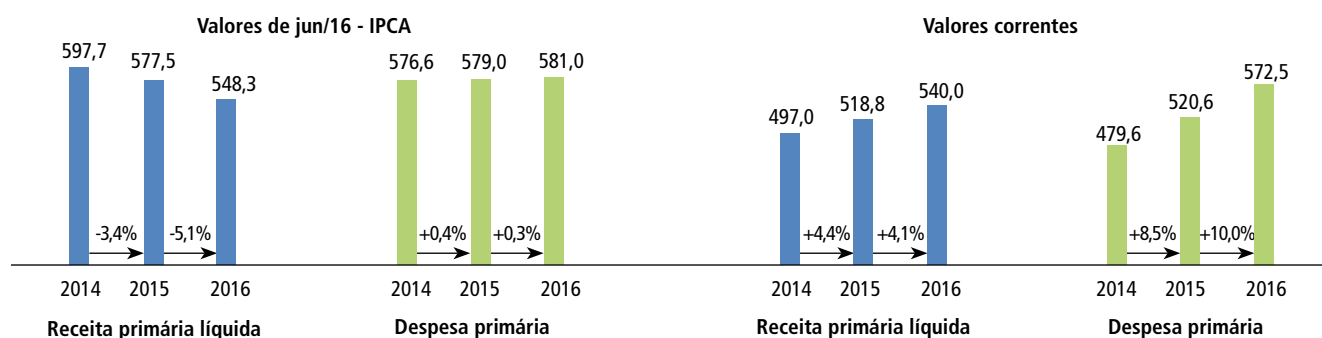
O resultado nominal do governo central até junho de 2016 foi deficitário em R\$ 158,9 bilhões (5,3% do PIB). Em 2015, o déficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 182,5 bilhões (6,3% do PIB).

Essa melhora do resultado nominal é explicada pela redução dos juros nominais líquidos, que somaram R\$ 124,9 bilhões (4,1% do PIB) até junho deste ano, contra R\$ 180,6 bilhões (6,2% do PIB) no mesmo período de 2015. A redução se deve, em grande medida, ao resultado favorável de R\$ 69,7 bilhões nas operações de *swap* cambial até junho de 2016.

Ainda assim, a manutenção de despesas elevadas com juros deve persistir ao longo do ano, tendo em vista o crescimento recente do estoque da dívida e o elevado nível das taxas de juros. O relatório de mercado Focus, de 29/7/2016, prevê inflação anual medida pelo IPCA de 7,2% em 2016, acima, portanto, do teto de 6,5% fixado para a meta do ano.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Jan - Jun (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou queda real de 5,1% até junho de 2016, frente ao mesmo período do ano anterior. A despesa primária, por sua vez, permaneceu praticamente estável no mesmo período, com aumento real de 0,3%.

Em valores correntes, não atualizados pela inflação, a receita primária líquida teve aumento de 4,1% e a despesa primária acréscimo de 10,0% no período em exame. Como resultado desse aumento mais expressivo da despesa em relação à receita no primeiro semestre de 2016, o resultado foi significativamente deficitário, em contraste com superávit em 2014 e reduzido déficit em 2015, em igual período.

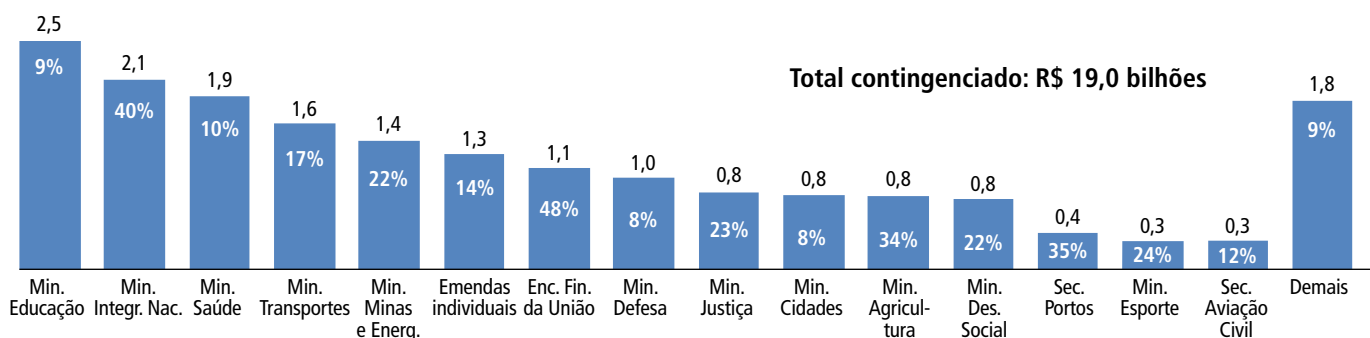
O desempenho da receita primária tem sido fortemente impactado pela queda da atividade econômica e da massa salarial, com verificação de queda real de 6,7% na arrecadação tributária até junho de 2016 comparativamente ao mesmo período de 2015. Os tributos que sofreram as

maiores quedas foram: imposto de renda (-5,7%), Cofins (-6,8%), IPI (-18,5%), imposto de importação (-25,5%), além das contribuições para a Previdência Social (-5,1%). Esse desempenho negativo foi parcialmente compensado pelo recolhimento de R\$ 14,6 bilhões relativos a concessões e permissões, com destaque para as concessões de usinas hidrelétricas, cujos leilões ocorreram no final de 2015.

Pelo lado da despesa, algumas rubricas contribuíram fortemente para o resultado primário deficitário, com expressivas elevações reais até junho deste ano, frente a igual período de 2015, são elas: benefícios previdenciários (5,4%); abono e seguro desemprego (24,5%); subsídios, subvenções e Proagro (33,7%); e créditos extraordinários (44,0%). Por outro lado, compensaram parcialmente o crescimento da despesa primária as reduções reais observadas nas despesas discricionárias (-5,8%); no Fundo Constitucional do Distrito Federal (-87,1%); e nas despesas com pessoal e encargos sociais (-2,9%).

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Despesas discricionárias contingenciadas por Órgão (em R\$ bilhões e % da dotação atual)



Fonte: Decreto nº 8.824/2016 e Siga Brasil. Obs.: O percentual de contingenciamento sobre as emendas individuais de 14% foi calculado sobre o total autorizado na LOA 2016 (R\$ 9,0 bilhões). O montante de execução obrigatória, conforme disciplina a Constituição, é de 1,2% da RCL apurada em 2015 (R\$ 8,1 bilhões). Considerado este valor, o contingenciamento foi de R\$ 307,4 milhões.

A alteração da meta de resultado primário em maio de 2016 abriu a possibilidade, conforme já comentado nas edições de junho e julho do monitor, de liberar para em-

penho as dotações aprovadas originalmente na LOA 2016 na sua integralidade, e garantiu R\$ 12,0 bilhões adicionais para outras autorizações. Como o Poder Executivo manteve

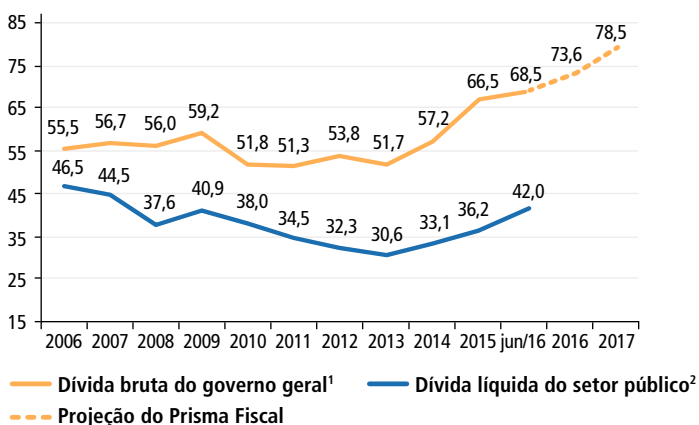
contingenciamento de R\$ 19,2 bilhões à época, resguardou margem de R\$ 31,2 bilhões para o cumprimento de outros compromissos além das dotações iniciais.

Neste 3º bimestre, verificou-se redução adicional de R\$ 7,9 bilhões na receita primária líquida oficialmente estimada em maio, bem como previsão de novo incremento de despesas obrigatórias no montante de R\$ 8,6 bilhões.

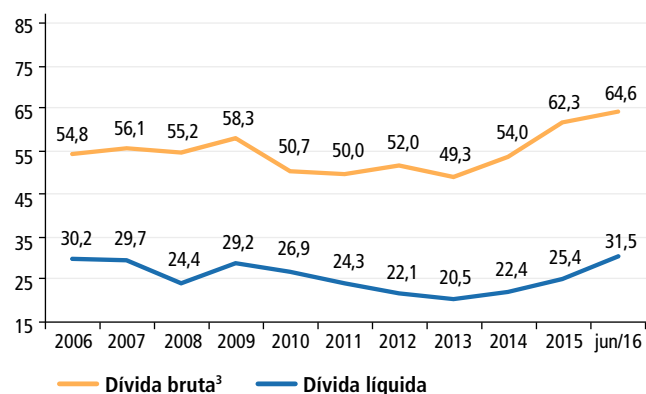
Como decorrência, o Poder Executivo decidiu absorver esse impacto de R\$ 16,5 bilhões, por meio da redução da margem mencionada anteriormente. Para tanto, editou o Decreto nº 8.824, de 29/7/2016, o qual definiu novos limites para empenho, que resultam em contingenciamento de R\$ 19,0 bilhões, ou 13,9% da dotação atualizada de R\$ 136,8 bilhões para despesas discricionárias, mantendo o contingenciamento global estável.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% DO PIB)

Setor público consolidado - 2006 a jun/2016



Governo federal - 2006 a jun/2016



Fonte: Banco Central e Prisma Fiscal. ¹ A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. ² A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. ³ A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei nº 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral cresceu 2,0 p.p. até junho de 2016 e atingiu 68,5% do PIB (R\$ 4,1 trilhões). O acréscimo no período foi influenciado pela elevação das operações compromissadas do Banco Central e da Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional, que corresponderam, respectivamente, a 16,0% e 46,8% do PIB, em junho, frente a 15,5% e 44,7% do PIB em dezembro de 2015.

O crescimento recente do endividamento público tem como pano de fundo a deterioração do resultado primário e a persistência do impacto dos juros no resultado nominal, ainda que, neste último caso, tenha havido melhora em relação ao primeiro semestre de 2015.

A conjunção desses fatores aumenta o risco de descontrole da dívida, a qual, segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de junho, deve alcançar 73,6% do PIB ao final deste ano e 78,5% do PIB em 2017.

A dívida líquida do setor público também manteve trajetória ascendente no ano e voltou a crescer mais acentuadamente em junho, tendo atingido 42,0% do PIB (R\$ 2,5 trilhões). A ampliação de 5,8 p.p. até junho de 2016 é explicada principalmente pelo efeito decorrente de ajustes cambiais na dívida externa e dos juros nominais.

Especificamente quanto ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto cresceu 2,3 p.p. até junho e alcançou 64,6% do PIB (R\$ 3,9 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida federal cresceu 6,1 p.p. no período e chegou a 31,5% do PIB (R\$ 1,9 trilhão). Nesse patamar, mesmo com a recente alteração das metas fiscais constantes da LDO 2016 (por força da Lei nº 13.291/2016), o montante da dívida líquida do governo federal já se encontra acima do previsto nessa lei para o final do exercício (R\$ 1.866.473 milhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Diretor: Luiz Fernando de Mello Perezino
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Aritan Borges Maia
 Arthur Falcão Freire Kronenberger
 Daniel Veloso Couri
 Ingo Antonio Luger
 Maria Emília Miranda Pureza
 Maria Liz de Medeiros Roarelli
 Paulo Roberto Simão Bijos
 Tiago Mota Avelar Almeida
 Túlio Cambraia

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal